



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ

# PRA~~XIS~~IS



ANO V - Nº 50 - AGOSTO/SETEMBRO 2009

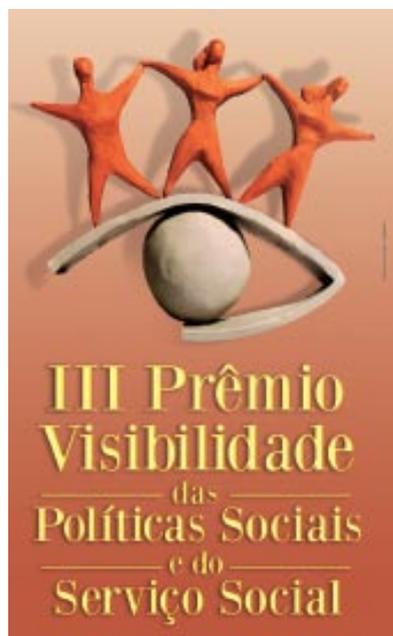
## O Serviço Social ganha mais espaço na mídia

O Praxis entrevistou a presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz, a conselheira do CFESS, Kênia Figueiredo e a professora Mione Sales para traçar a imagem da profissão, que está ganhando, cada vez mais, espaço na mídia. A capacidade de sustentar o projeto ético-político pode definir o fortalecimento da imagem de um assistente social comprometido com os direitos da população.

## Cress/RJ lança terceira edição do Prêmio Visibilidade

A direção do Conselho decidiu prorrogar as inscrições para o dia 30 de setembro, a fim de garantir a maior participação tanto dos profissionais de comunicação quanto dos assistentes sociais. Confira o novo calendário.

Pág. 12



## Delegação do Rio de Janeiro defende propostas no Encontro Descentralizado Sudeste

O Evento, realizado de 24 a 26 de julho, reuniu as delegações dos quatro estados do Sudeste, em Ouro Preto (MG) para discutir as propostas a serem levadas para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress.



Foto: Rodrigo Binotti

Mesa de abertura do Encontro Descentralizado do Sudeste: Rosângela Pinheiro (Cress/MG), Kênia Figueiredo (CFESS), Aurea Fuziwara (Cress/SP), Gessimara Sousa (Cress/ES) e Fátima Grave Ortiz (Cress/RJ).

## Eventos relevantes marcam o campo Sociojurídico em 2009



Foto: Sidney Ottoni

Reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, prestigia o início do Encontro Estadual Sociojurídico ao lado das representantes das entidades institucionais.

Nesta edição:

**Assembleia da categoria  
está marcada para  
dia 16 de outubro**

Pág. 2

**Conheça o  
funcionamento da  
Secretaria/Financeiro**

Pág. 3

**Gestão do Cress  
acompanha proposta  
de reorganização  
administrativa do TJ**

Pág. 3

## Editorial

Até bem pouco tempo era raro ver referências ao Serviço Social na mídia. Isso vem mudando: em 2009 a profissão já apareceu em vários jornais de grande circulação; vimos personagens assistentes sociais em novelas e programas humorísticos, em teatros ou televisão; aparecemos em importantes espaços de mídia alternativa (sindical, popular etc).

Esta maior visibilidade se vincula a um crescimento do mercado de trabalho para os assistentes sociais. Já somos quase 90 mil profissionais inscritos nos diversos CRESS's do país. Este número deve aumentar, fruto de fenômenos como a municipalização das políticas em que atuamos, a implementação de novos programas e políticas (como o Sistema Único de Assistência Social – SUAS), ou a ampliação de nossa presença em áreas como a educação e a previdência social. Mas este crescimento não ocorre sem contradições. Se por um lado, ele reforça a qualidade das políticas, uma vez que elas são cada vez mais percebidas como espaços de intervenção profissional, não de caridade ou filantropia, por outro, ele não fica ileso das marcas do mercado: há enorme crescimento da oferta de vagas para a graduação em Serviço Social – presenciais ou à distância –, na maioria pela iniciativa privada, o que tem ampliado o investimento das entidades da categoria na luta em defesa da qualidade da formação.

Devemos reconhecer que grande parte da sociedade ainda nos associa a perspectiva que deu origem ao Serviço Social no Brasil. O Cress/RJ tem tomado inúmeras iniciativas no sentido de reverter esta associação. Dentre elas estão os cartões comemorativos do dia do assistente social; a promoção do Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social (ver página 12), o acompanhamento de parte significativa da imprensa, com envio de manifestações e sugestões de pauta às redações e equipes de comunicação. Esta disputa, no entanto, precisa ser assumida por todos os assistentes sociais. Além da visibilidade já obtida pela qualidade dos serviços que oferecemos aos usuários, é importante que todos dialoguemos com a população, enviemos cartas e manifestações à imprensa, percebamos o direito à comunicação não só como o de receber informações, mas o de fazer valer nossa voz e poder expressar nossas concepções de mundo.

Trata-se, sem dúvida, de um novo desafio que nos é posto no século XXI: o de perceber as contradições existentes nos meios de comunicação social e utilizá-los, onde possível, para disputar socialmente o fortalecimento dos valores que compõem nosso projeto ético político profissional.

A diretoria

## ASSEMBLEIA

**O Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região convoca os Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 de outubro de 2009 (sexta-feira), às 17h30 em 1ª convocação e às 18h em última convocação. Terão direito a voto os profissionais em pleno gozo de seus direitos e quites com as anuidades do CRESS até o ano de 2008.**

**Pauta: Deliberações do Encontro Nacional CFESS/cress, prestação de contas 2009, Plano de Metas/Orçamento para 2010, deliberação do valor da Anuidade de 2010 e outros.**

**Local: Sede do Cress/RJ.  
Rua México 41, sala 1204, Centro, Rio de Janeiro.**

## Informes

### Cress fecha por um dia

Dia 9 de outubro o Cress/RJ não estará aberto ao público. A direção promoverá um Seminário de Recursos Humanos com todos os funcionários do Conselho.

### Congresso da Virada em SP

A falta de disponibilidade de um espaço físico adequado à quantidade estimada de pessoas que comparecerão ao Seminário de Comemoração dos 30 anos do Congresso da Virada levou o CFESS e o Cress/SP a adiarem o evento para novembro de 2009. A data exata do evento e o local serão divulgados no site [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)

## ATENÇÃO

### 137 profissionais podem ter seu registro cancelado

A Resolução CFESS 278/98 define, em seu artigo 28, Inciso II e parágrafo 8º, que o assistente social deve apresentar o diploma de graduação no ato de sua inscrição no CRESS. Aqueles que apresentam Declaração de Conclusão de Curso da Instituição formadora devem substituí-la pelo diploma no prazo máximo de dois anos (prorrogáveis por mais dois).

O CRESS enviou documentos aos assistentes sociais que não cumpriram os prazos previstos, convocando-os a regularizar sua documentação. Destes, 137 ainda não o fizeram. Se você encontra-se nesta situação, compareça imediatamente ao CRESS, visto que a não observância dessas exigências justifica o cancelamento do registro profissional.

## Carta

Ainda que sempre procure divulgar as posições defendidas pelos assistentes sociais, nem sempre o Cress/RJ obtém sucesso e espaço na grande mídia. Foi o caso da carta ao leitor do jornal O Globo, assinada pela conselheira Leopoldina de Araújo Cardoso. Conheça o texto enviado:

A proposta de criação das fundações públicas de direito privado utiliza falsos pressupostos para colocar a população contra o caráter público do direito à saúde. Os problemas centrais do SUS não estão na gestão, mas em seu financiamento. Apenas com parte dos juros pagos à dívida externa já seria possível ter saúde de altíssima qualidade para toda a nação. O fundamental no questionamento a tais fundações é não permitir que a saúde, que é direito constitucional e um serviço social, se transforme em mercadoria. Quem pode pagar por ela já enfrenta, cada vez mais, sua desqualificação. Quem não pode, fica sem qualquer recurso público – vide os Estados Unidos, que implementaram esta lógica.

### Leopoldina de Araújo Cardoso

*Coordenadora da Subcomissão de Saúde do Conselho Regional de Serviço Social – RJ*

**Defenda o sigilo: acesse [www.cressrj.org.br/leidosigilo](http://www.cressrj.org.br/leidosigilo). Esse é um **hotsite** lançado pelo Cress/RJ para impulsionar campanha da lei do sigilo profissional. Participe!**

## Gestão **Ações do Cress**



Curso de treinamento das profissionais aprovadas no INSS

A gestão do Cress vem acompanhando de perto a proposta de reorganização administrativa do Tribunal de Justiça (TJ/RJ) que poderá interferir diretamente no processo de trabalho dos assistentes sociais daquele campo. Várias reuniões foram feitas com as profissionais lotadas nesse espaço. A presidente do Cress/RJ, Fátima Grave Ortiz, junto com a Conselheira Maria Elizabeth Salvador e a assessora jurídica Mônica Arkader foram recebidas pelo juiz Gustavo Quintanilha, no dia 13 de agosto, para tratar de assuntos relacionados aos assistentes sociais que atuam no TJ/RJ. Na oportunidade, as representantes do Conselho entregaram um ofício em mãos, que também foi protocolado junto ao TJ-RJ. A íntegra do documento pode ser conferida no site [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br). Vale ressaltar que o Cress também tem acompanhado as reuniões realizadas no Sind-Justiça. Em um desses eventos foi marcado um encontro com o corregedor do TJ, Roberto Wider, para setembro.

Na área da saúde, o Cress/RJ promoveu no dia 14 de agosto uma reunião aberta a toda categoria para discutir sobre a minuta de Resolução do CFESS que dispõe acerca da vedação da utilização de "Práticas Terapêuticas ou Clínicas" associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. O evento, que teve como principal objetivo recolher a contribuição dos assistentes sociais do Rio de Janeiro para a elaboração do documento reuniu cerca de 40 pessoas. As discussões foram intensas e polêmicas. As propostas de alterações na minuta foram encaminhadas ao Cress no prazo previsto. A Comissão de Saúde vem se reunindo quinzenalmente na sede do Cress e participou de um evento junto com a Comissão de Estudos de Álcool e Outras Drogas.

No dia 12 de agosto foi dado o primeiro passo dessa gestão, relatou o conselheiro Maurício Caetano, para a efetivação da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos, conforme prevista na Política Nacional de Fiscalização, em seus artigos 18 e 19. Foi realizado na sede do Conselho um Encontro com os assistentes sociais componentes das Comissões de Instrução, que estão atuando nos diversos processos em andamento, com o objetivo de intensificar o trabalho educativo e político em torno do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão. Outros encontros estão previstos ainda para este ano, com a finalidade de dar continuidade ao desenvolvimento das atividades e desafios previstos para essa Comissão.

Um dos maiores desafios da direção do Cress está na área da Formação. Em 2009, a Comissão de Formação voltou o foco para a discussão do estágio, principalmente depois da nova lei de estágio do governo federal e da Resolução 533 do CFESS. A Comissão, que se reúne mensalmente (primeira sexta do mês), está organizando um curso para supervisores de campos de estágio, cuja programação estará disponível no site [www.cressrj.org](http://www.cressrj.org)

O Cress/RJ está presente no Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro. Foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 11 de agosto o Decreto que nomeia a conselheira Maria Elizabeth Freire Salvador como representante do Conselho nesta entidade. Ela também está representando o Cress/RJ no "Conselhinho" (reunião de vários conselhos profissionais do Rio de Janeiro). Elizabeth participou do curso de treinamento realizado em Duque de Caxias voltado para os assistentes sociais aprovados no último concurso do INSS. A representante do Cress no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) é a vice-presidente Elza Velloso, que faz parte da Comissão de Estudos e Acompanhamento das Políticas do CEAS. Ela participou de três Conferências Municipais do Estado (Japeri, Duque de Caxias e Itaboraí). Ela também esteve presente a uma reunião do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

A conselheira Jurema Alves Pereira da Silva, que coordena a Comissão de Educação do Cress (que promove reuniões mensais), participou da Conferência Municipal de Assistência Social de Mesquita.

A conselheira Martha Fortuna representou o Cress/RJ em uma palestra sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social realizada no DEGASE. Três conselheiras do Cress/RJ estiveram presentes ao Seminário Nacional de Saúde e Serviço Social realizado em Olinda: Conceição Robaina, Érika Screider e Leopoldina Cardoso, além do agente fiscal Elias Azevedo, do assessor político Jefferson Ruiz e assistentes sociais de base da Comissão de Saúde. (Veja matéria completa na página 9 desta edição).

O Cress/RJ levou uma delegação ao Encontro Descentralizado do Sudeste (veja detalhes na página 8) e promoveu reuniões de preparação para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress a ser realizado em Campo Grande (MS). A direção do Cress também esteve empenhada junto com o CBCISS na organização do III Encontro de Gerações de Assistentes Sociais.

## Por dentro do Cress

# Secretaria/ Financeiro

Dando prosseguimento a série "Por dentro do Cress", lançada com a proposta de dar mais visibilidade ao funcionamento dos setores da entidade e para a equipe de recursos humanos, esta edição do Práxis apresenta a Secretaria/Financeiro, onde atua a funcionária Rosângela Costa Maia.



Com 17 anos de Cress, Rosângela é a responsável pelo setor de finanças, considerado estratégico, pois é a partir dos dados fornecidos por ela é que se pode traçar o planejamento orçamentário da entidade. A funcionária explica que é por meio deste setor que a tesoureira e a presidente do Conselho têm uma visão geral de quanto o Cress dispõe financeiramente para gastar, obedecendo todas as normas e procedimentos administrativos, financeiros e contábeis e os princípios gerais da administração e contabilidade pública, a fim de atender as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

Rosângela desempenha várias atividades como o controle da emissão de cheques para o pagamento de despesas, controle dos extratos bancários, emissão de relatórios de despesas mensais, levantamento de gastos com eventos do Cress (interno e externo), monitoramento da ajuda de custos e reembolsos de diretores e membros das Comissões do Cress e organização da documentação das despesas, que será analisada e aprovada pelo Conselho fiscal (composto por três conselheiros) e depois seguirá para a Contabilidade. Ela conta que assumir esse setor foi um grande desafio profissional, pois exige uma grande carga de responsabilidade e a conquista da confiança por parte da diretoria. Mas avalia que consegue executar suas tarefas com êxito.

Além da função financeira, Rosângela atualmente também está como responsável pela área de Recursos Humanos do Cress, que envolve o cálculo de horas-extras dos funcionários, solicitação de ticket alimentação e vale-transporte. Ela lembra que já passou por vários setores do Conselho como o de Registro e Anuidade, atendimento na secretaria (onde ainda atua na ausência de algum funcionário) e apoio administrativo para a Comissão de Fiscalização (Cofi). Iniciou como recepcionista, cargo que não existe mais na entidade. Há dez anos está trabalhando com a área financeira e não hesita em declarar que gosta do que faz.

## Comissão de Ética

Entre as competências do Conselho Federal de Serviço Social e seus regionais, prevista pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), se destacam as de zelar pelos princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional e de funcionar como órgão julgador das infrações denunciadas. Para essa atribuição é constituída uma Comissão Permanente de Ética, composta por conselheiros e assistentes sociais (que não pertencem a diretoria), cuja função é a de analisar as denúncias éticas e verificar se as mesmas preenchem os requisitos previstos no artigo 2º do Código Processual de Ética.

A Comissão Permanente de Ética se reúne todas as quartas-feiras na sede do Conselho e se põe a disposição da categoria para orientar como elaborar e acompanhar o processo de uma denúncia ética. O profissional também pode consultar o Código Processual de Ética disponível no site [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

Os diretores Maurício Caetano e Telma Pilet (foto), responsáveis pela Comissão Permanente de Ética, informam que em 2009, até junho, 12 denúncias éticas já haviam sido recebidas, sendo que desse total quatro tornaram-se processos disciplinares ético e sete estão em averiguação. Eles ressaltam que as denúncias éticas contra um profissional de Serviço Social podem ser realizadas tanto por um assistente social quanto por um profissional de outra área, sempre que estes entendam ter sido prejudicados pela conduta de um assistente social.



# Um ano de muitas atividades

Fotos: Sidney Ottani



Mesa de encerramento composta pela palestrante Mavi Rodrigues (centro) e integrantes da Comissão Sociojurídica do Cress

O ano de 2009 está sendo marcado por atividades intensas no Campo Sociojurídico. A Comissão Sociojurídica do CRESS 7ª Região, entendendo que a conjuntura política e econômica atual exige a reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social e a qualificação constante do assistente social, organizou Reuniões Ampliadas com o tema “Serviço Social no Campo Sociojurídico: Desafios Contemporâneos”, que aconteceram de forma descentralizada em várias regiões do Estado do Rio de Janeiro. A realização das reuniões ampliadas fora da capital mostra a preocupação da direção do Cress/RJ e das comissões da entidade em garantir um diálogo permanente com todos os assistentes sociais do Estado.

Na região metropolitana, a Reunião Ampliada teve como tema “Serviço Social no Campo Sociojurídico: Violência e o Estado Democrático de Direito” e aconteceu em abril, no Auditório Evandro Lins e Silva, da OAB/RJ – Ordem dos Advogados do Brasil. A primeira mesa “Estado Democrático de Direito: Segurança Pública e Direitos Humanos” contou com a presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Margarida Pressburger e Verônica dos Anjos, Coordenadora do Conselho de Segurança Pública (CONSEG). A segunda mesa, “Violência e o Serviço Social no Campo Sociojurídico”, teve como palestrantes: Edna Del Pomo (NUESC/UFF), Dayse de Paula Marques da Silva (PEGGE/UERJ) e Mônica Vicente, assistente social do Tribunal de Justiça/RJ, conselheira do Cress/RJ e coordenadora da Comissão Sociojurídica.

Cabe ressaltar que as Reuniões Ampliadas também funcionaram como preparatórias para o III Encontro Estadual do Serviço Social no Campo Sociojurídico que aconteceu junto com o I Encontro do Serviço Social do Ministério Público da Região Sudeste de 22 a 24 de junho na UFRJ (Campus Praia Vermelha). O tema “Direitos Humanos, os impactos da judicialização da questão social e o projeto ético-político” despertou o interesse de cerca de 250 participantes entre estudantes e profissionais de Serviço Social.

O primeiro dia do evento foi voltado apenas para os assistentes sociais que atuam no Ministério Público. Depois da cerimônia de abertura, a palestrante Valéria Lucília

Forti (FSS/UFRJ) falou sobre “O Processo de Trabalho do Assistente Social no Ministério Público”. O público foi dividido em quatro grupos de trabalho e levou o resultado para a plenária final. Também foram comemorados os 15 anos do Serviço Social do MPRJ.

A mesa de abertura do Encontro Estadual, realizada no segundo dia de evento, contou com as representações institucionais do CFESS, Cress/RJ, do Ministério Público, da Escola de Serviço Social da UFRJ, do Tribunal de Justiça, da Abepss e da Enesso. O reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, fez questão de prestigiar o evento.

## Judicialização

O convidado para a conferência inicial “Direitos Humanos e os Impactos da Judicialização da Questão Social” foi o desembargador do TJ/RJ, Sérgio de Souza Verani, que também é presidente do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Emerj e professor da Faculdade de Direito da Uerj. afirmou que atualmente há uma cultura de se levar todas as questões de caráter social para o judiciário, que não dá conta de atender as demandas. Para ele, há uma tendência de criminalização das condutas, que tem como proposta desclassificar quem defende as causas sociais. Em relação ao Depoimento Sem Danos, afirmou que está em pleno acordo com a posição do relatório do CFESS e Conselho Federal de Psicologia, pois considera um procedimento fraudulento que violenta tanto a liberdade da criança quanto a ética do profissional, que passa a ser um mero instrumento do juiz. Verani também abordou temas polêmicos no campo sociojurídico como o exame criminológico e a justiça terapêutica.

Para a Mesa Redonda “Questão Social na Contemporaneidade e o Campo Sociojurídico” foi convidada a professora Yolanda Guerra (ESS/UFRJ). Ela iniciou explicando o entendimento da expressão “questão social”, sua origem e suas manifestações como o desemprego e a fome em contraposição à apropriação privada da produção de riqueza. Em sua opinião, a intervenção do assistente social acaba sendo voltada para minimizar essas manifestações.



Desembargador Sérgio de Souza Verani



A palestrante Yolanda Guerra com a coordenação de Daisy Lião

Enfatizou que os conhecimentos, por si só, não mudam a realidade e é preciso que os profissionais de Serviço Social se utilizem melhor da legislação profissional, ainda que considerando seus limites e possibilidades, bem como os aspectos normativos previstos pelo Código de Ética. Segundo Yolanda, a categoria já avançou muito no campo da defesa de direitos e tem sido uma “trincheira de resistência” face aos desafios da conjuntura. Mas ainda é preciso modificar o exercício profissional priorizando reflexões e atitudes críticas, inclusive diante de más condições de trabalho, tão comuns aos profissionais que atuam no campo sociojurídico.

## Mesas Simultâneas

As mesas simultâneas que aconteceram à tarde tiveram



Maria Helena Tavares, Marcelo Freixo e Ignácio Cano com a coordenação de Mirian de Souza Silva e Eliana Beserra da Silva



Grupo de trabalho



Newvone Costa (centro) coordena uma das mesas simultâneas do evento



Público do III Encontro Estadual do Serviço Social no Campo Sociojurídico

os seguintes temas: “A interface do campo sociojurídico com a Política Nacional de Assistência Social”, “Os rebatimentos das discussões contemporâneas sobre a Segurança Pública na atuação do Serviço Social no Campo Sociojurídico”, “Os dilemas éticos e políticos na construção do parecer social”, “Os impactos da modernização da gestão pública e as condições de trabalho dos assistentes sociais” e “Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e a garantia de direitos dos adolescentes”.

No último dia do evento a Mesa Redonda composta por Ignácio Cano (Uerj), Marcelo Freixo (Alerj) e Maria Helena Tavares (PUC/RJ) teve como tema “Projetos societários: formas de respostas às vivências”. Depois a professora Mavi Pacheco (ESS/UFRJ) falou sobre o projeto ético-político do Serviço Social no campo sociojurídico, fazendo uma análise da atuação profissional e apontando desafios para o Serviço Social. O debate que se seguiu contou com a participação do público presente com destaque da conselheira do Cress/RJ, Newvone Ferreira da Costa, que aproveitou para fazer um protesto em relação às condições de trabalho ruins e a passividade de alguns assistentes sociais diante desta situação.

A conselheira Mônica Vicente, que participou da mesa de encerramento registrou a presença de assistentes sociais de outras áreas no evento, o que para ela mostra a importância da discussão para toda a categoria. Mavi finalizou afirmando que a Comissão Sociojurídica do Cress pode contribuir muito na reflexão sobre a intolerância e a banalização da criminalidade.

As integrantes da Comissão Sociojurídica, que se reúnem quinzenalmente na sede do Cress, fizeram a avaliação dos eventos e estão se preparando para a participação no Seminário Nacional Sociojurídico a ser realizado em outubro, em Cuiabá (MT).

## Conferência Livre de Segurança Pública



A Conferência Livre de Segurança Pública (Conseg) realizada no Rio de Janeiro foi promovida pelos Conselho Regional de Serviço Social/RJ e Conselho Regional de Psicologia/RJ. O evento foi realizado no dia 6 de julho, no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e prestigiado por 118 participantes entre profissionais e estudantes de Psicologia e Serviço Social, além de representações de movimentos sociais. A Comissão Sociojurídica do Cress ficou responsável pela organização da conferência representando o Conselho.

A mesa de abertura contou com a participação de coordenações de equipes de Psicologia, Serviço Social e da área da segurança pública. Foram feitas exposições sobre: o conceito de violência e segurança pública; os eixos temáticos; metodologia de trabalho proposta para a Conferência Livre; debates entre os participantes; grupos de trabalho para discussão e elaboração de princípios e diretrizes; votação; apuração e plenária final. O Texto-Base elaborado pelo Ministério da Justiça foi o documento norteador de todas as etapas da Conferência Livre. Foi aplicado formulário padrão para avaliação da conferência.

A organização do evento avaliou como muito positiva a participação dos presentes, a qualidade dos debates e dos princípios e diretrizes aprovados, que expressam com precisão parte significativa das discussões realizadas pelos profissionais de Serviço Social e Psicologia envolvidos no que diz respeito à necessidade de construção de uma política pública de segurança.

# A imagem do Serviço Social na sociedade

O Serviço Social vem aparecendo, cada vez mais, na mídia, em novelas, filmes, peças teatrais, programas humorísticos (são vários os personagens assistentes sociais) e outros. Esse crescimento da visibilidade, no entanto, pode ser uma “faca de dois gumes”, já que nem sempre as abordagens correspondem a uma imagem do assistente social comprometido com direitos. Algumas caracterizações podem ainda ser baseadas na imagem ligada à origem da profissão, desconsiderando todos os avanços por ela percorridos.

## Imagário social

Na opinião de Fátima Grave Ortiz, atual presidente do Cress/RJ, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e autora da tese de doutorado “O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção”, a imagem do Serviço Social ainda ser associada à caridade está diretamente ligada à maneira como as expressões da questão social são tratadas no Brasil e no capitalismo. Para ela, é esse o elemento central, que não elimina outras variáveis, como a questão de gênero, por exemplo, quando se trata de retratar o assistente social. Fátima lembra que a profissão é eminentemente feminina (95% dos profissionais são mulheres) e no imaginário social o perfil da mulher está associado à pessoa que cuida da família, dos filhos e de todos.

Segundo Fátima, no Brasil, apesar dos avanços obtidos com a promulgação da Constituição de 88, os acessos aos direitos ainda convivem com práticas assistencialistas e coronelistas. Ela cita o exemplo das políticas sociais do Estado, que ainda são centradas nos programas de renda. O assistente social atua no campo das políticas sociais, na esfera pública e privada. Ela não tem dúvidas ao afirmar que o assistente social é profissional contratado para fazer o ajuste da dinâmica empresarial e ao mesmo tempo dar atenção às demandas dos trabalhadores. É o profissional de Serviço Social que fará a intermediação.

A presidente do Cress ressalta que, historicamente, na esfera privada, o trabalhador tende a associar a figura do assistente social aos interesses da empresa. Ela lembrou que esse tema é bem explicado no livro intitulado “O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social em empresa” da professora Ana Elizabete Mota (UFPE). Na esfera pública, as coisas não são muito diferentes. Conta que é muito comum os usuários do sistema jurídico, por exemplo, identificarem o assistente social como uma simples representação do Estado, sem avaliar que os pareceres sociais servem para instruir os processos, cabendo a decisão final ao juiz. Mas, de acordo com Fátima, o segmento empobrecido da população reconhece o assistente social como o profissional responsável pela liberação de programas sociais como o Bolsa Família. Ressalta que é difícil tanto empregadores quanto usuários identificarem imediatamente o assistente social como um trabalhador assalariado que oferece uma mão-de-obra técnica e especializada.

A origem da profissão, nos anos 30, coincide com o processo de consolidação do capitalismo no Brasil, conta Fátima. Os primeiros registros da atuação do assistente social ocorreram em São Paulo, ligados diretamente à religião católica, de caráter filantrópico e como parte de uma política para o enfrentamento crescente da pobreza. De acordo com a professora da UFRJ, este cenário ainda não mudou muito, pois até hoje os direitos sociais são tratados como uma “política” de responsabilidade das primeiras-damas (mulheres dos prefeitos, governadores e presidente da república). Fátima é incisiva

“A capacidade de sustentar o projeto ético-político é o que poderá definir o fortalecimento da imagem de um assistente social comprometido com os direitos da população”

Fátima Grave Ortiz

quando informa que a política social é uma das modalidades para o enfrentamento da pobreza, mas ainda convive com medidas coercitivas e filantrópicas, que é a ótica do interesse do capital.

De acordo com as pesquisas de Fátima, o assistente social ainda está construindo sua autoimagem, que mescla traços vinculados à origem da profissão e traços na direção da defesa dos direitos. Essa imagem se renova a partir do projeto ético-político da categoria, centrado nas suas legislações, como o Código de Ética e a Lei de Regulamentação profissional. São esses dois elementos que formam a imagem da categoria atualmente no Brasil, que considera bem heterogênea. Acredita que a qualidade da formação e a capacidade de sustentar o projeto ético-político é o que poderá definir o fortalecimento da imagem de um assistente social comprometido com os direitos da população. Para ela, um dos maiores desafios da formação

profissional é assegurar uma capacitação continuada.

A presidente do Cress destaca que o Conjunto CFESS/Cress tem um papel importante junto à categoria, principalmente na conjuntura política, econômica e cultural adversa que o país está atravessando. Ela aponta algumas pistas para o crescimento da visibilidade da profissão na mídia: a ampliação do número de profissionais (cerca de 86 mil em todo o Brasil), o protagonismo do assistente social na execução, gestão e planejamento das políticas, alcançando inclusive cargos de gestores, e o grande crescimento dos cursos de Serviço Social.

## Importantes avanços

A conselheira do CFESS e assistente social da prefeitura de Belo Horizonte (MG), Kênia Figueiredo, diz não ter dúvidas de que o Serviço Social ainda está registrado no imaginário coletivo como uma profissão da ajuda. No entanto, avalia que há indícios de uma “modernização”, pois tanto humoristas quanto outros profissionais que atuam nos espaços midiáticos não costumam ligar o assistente social à imagem de um trabalhador esvaziado de conhecimento “técnico”, nem imbuído de valores religiosos à disposição dos pobres, numa atuação clássica da caridade. As últimas referências na mídia já não fazem mais uma relação do assistente social à “moça boazinha” que ajuda o governo a enganar os pobres.

Kênia acredita que há pequenos, mas importantes, avanços a serem considerados. Lembrou que recentemente o jornal O Globo lançou uma nota em uma coluna do Caderno Ela mencionando a existência de um assistente social como personal trainer (veja no Box o documento enviado pelo Cress à editora do suplemento) e, apesar do equívoco do texto, não deixou de perceber que há um reconhecimento de um trabalhador com um saber específico e que possui uma função na atual divisão sócio-técnica do trabalho. Em tempos de desregulamentação do trabalho isto é importante, já que a atividade não é vista como desenvolvida por pessoas de bom coração, em ações voluntárias. Por isso, a conselheira,

## A estratégia da Comunicação no Cress/RJ

O Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região foi um dos primeiros a investir na profissionalização da assessoria de comunicação. A contratação de uma jornalista, em 2001, foi uma ação importante para enfrentar os desafios que implicam a inserção da categoria na mídia. Além disso, os materiais de comunicação foram se multiplicando e favorecendo não só a ampliação da visibilidade da categoria para a sociedade, mas também fortalecendo a comunicação com os próprios assistentes sociais.

Depois outras iniciativas foram sendo tomadas nesta área como a produção de cartões em formato postal (uma mídia alternativa) que são produzidos em maio e distribuído em locais frequentados por formadores de opinião, com o objetivo de divulgar a imagem da profissão defendida pelo Conjunto CFESS/Cress. **O Prêmio de Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social também é um exemplo de medidas de médio/longo prazo com a finalidade de garantir a divulgação adequada da profissão junto aos profissionais que atuam na mídia (veja página 12).**

A atual gestão do Cress, além de manter toda as ações já feitas na Comunicação continuou a inovar investindo na melhoria do Práxis, principal veículo de comunicação do Cress, em nova reformulação do site (em andamento) e em outros materiais. Nessa gestão várias conquistas foram registradas na Comunicação. Um artigo da presidente do Cress, Fátima Grave Ortiz foi publicado em jornal de grande circulação nacional. Ela também participou de várias entrevistas em outros jornais e tvs, inclusive da mídia considerada alternativa. Além disso, foram publicadas cartas na seção de leitores, com opiniões do Cress sobre assuntos atuais publicados na mídia.

A assessoria de comunicação conta com o apoio de uma comissão de comunicação composta por profissionais da direção do Cress e de base, além de outras assessorias do Conselho. Apesar das iniciativas tomadas pela entidade, a direção do Cress/RJ considera fundamental que os assistentes sociais também disputem os espaços de mídia eventualmente existentes, sem desconsiderar suas contradições. É possível enviar cartas a seções de jornais, manifestar-se em páginas eletrônicas, sugerir pauta a programas de televisão, assessorar a construção de personagens assistentes sociais. A visibilidade adequada da profissão não é, assim, tarefa única das entidades, mas de toda a categoria.

que é coordenadora da Comissão de Divulgação e Imprensa do CFESS, avalia que por mais conservadoras que sejam as manifestações sobre a questão social e a atuação profissional do assistente social, há movimentos que reconhecem a necessidade de profissionalização da atuação com demandas sociais.

É muito difícil, segundo Kênia, divulgar uma profissão cuja uma das pautas principais é dar publicidade para sua concepção e posicionamento político-ideológico. Afirma que a grande dificuldade da inserção na grande mídia é expressar que há um projeto ético-político que orienta uma ação técnica profissional. “Remamos contra a maré e pagamos alguns preços por isto”, diz. Há uma conjuntura muito desfavorável ao mundo do trabalho e aos direitos sociais e se manifestar contra a barbárie do capital é imperativo com ações coletivas e não corporativas. “O preço é não divulgarmos a profissão na lógica do capital ou na compreensão do senso comum”, enfatiza. Por isso, ainda prevalecem experiências individuais e isoladas fisgadas pela mídia.

Na opinião de Kênia, esta “chuva midiática” em relação ao assistente social mostra que a profissão está, cada vez mais, presente no cotidiano dos trabalhadores. Se a profissão começa a aparecer mais na mídia é porque trata-se de um assunto “quente”. Ela ressalta que a temática sobre os efeitos da pobreza, ou a indução para que a população empobrecida ria de si mesma, é uma fórmula antiga e de resultado garantido.

A conselheira garante que na sociedade de consumo não há espaço para o mal humor. Contestadores são compreendidos como inimigos de um processo naturalizado, de consequências abafadas pelos avanços tecnológicos. A pós-modernidade é conciliadora da ordem e busca a conformidade. Se a lógica é esta, diz, uma aproximação da grande mídia tem que se dar de forma bem estratégica. Por isso, ela aposta na qualificação do conjunto CFESS/Cress, ao instrumentalizar-se com assessorias de comunicação capazes de articular estratégias que apostem em ações fundamentadas em conteúdos críticos e transformadores, que sejam estéticos, plásticos, posto serem invocadores de atrativos e inovação.

#### Perfil histórico

A professora Mione Sales, responsável pelos cursos de extensão “Mídia, questão social e Serviço Social”, oferecido há alguns anos pela Faculdade de Serviço Social da Uerj e pelo Cress/RJ, traça um perfil histórico da profissão para abordar o tema da visibilidade do Serviço Social e da questão social. Lembra que nos últimos 30 anos o Brasil mudou muito e também o Serviço Social. O Congresso da Virada (CBAS/79) está sendo comemorado junto com o aniversário da Anistia. A nova cara da profissão veio se fazendo a muitas mãos ao longo desse período. Por isso, fala-se em projeto ético-político profissional, que é fruto do empenho das entidades da categoria e de muitos assistentes sociais.

Esse trabalho de renovação do Serviço Social, de acordo com Mione, remonta ao final dos anos 80. Explica que enquanto o mundo assistia à Queda do Muro de Berlim, com o fim de governos burocratizados do socialismo real (o que, em certa medida, acenava com o risco de um recuo da democracia mundial), o Brasil havia acabado de assinar a Constituição de 1988, selando um pacto democrático no país - fruto das aguerridas lutas da esquerda nas décadas anteriores.

O Serviço Social, como também muitos outros sujeitos, não se intimidou antes e, sobretudo, a partir de 1979 em falar de política, ideologia, ética e defender direitos, a despeito dos ventos contrários. Isto faz com que os profissionais formados ao longo dos anos 90 e já no início do século XXI tragam o viés da criticidade e do desejo de transformação social. Segundo Mione, os assistentes sociais conseguiram se multiplicar por meio de um trabalho de “formiguinha”, muitas vezes invisível,

mas bastante fecundo, lutando pela afirmação de uma nova imagem pública e novos conteúdos para as ações profissionais e também para as políticas sociais. Isto levou a que os assistentes sociais, num país como o Brasil, sejam herdeiros da voz e da força política de resistência. Garante que não se pode prescindir dessa voz e de um projeto societário que vai na contracorrente do mercado e da visibilidade calcada apenas no consumo e fetiche do poder.

Os assistentes sociais têm, portanto, construído sua nova legitimidade em parceria com os setores mais combativos e democráticos da sociedade civil, em sintonia com os movimentos sociais e os usuários das políticas sociais, diz Mione. Lembra que a categoria colaborou efetivamente na construção da Constituição de 1988 e associou seu discurso e sua prática, atuando em prol da ampliação e garantia dos direitos junto com outros profissionais. O perfil dos assistentes sociais, antes camuflado como mero braço do Estado ou da Igreja, ganhou mais nitidez e independência política, passando a não ter mais vergonha de se assumir como profissionais do social.

Mione resgata a participação ativa da categoria no processo de descentralização e municipalização, e de implementação de algumas referências legais como a Lei Orgânica da Assistência Social, do Sistema Único de Saúde e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os profissionais deixaram de ser meros interventores e se tornaram interlocutores sociais e pesquisadores. Para a professora, os profissionais investem na participação dos usuários como sujeitos autônomos e lutam ao lado deles em nome de uma coerência e defesa de princípios como liberdade, justiça, defesa dos direitos humanos e igualdade.

Mione afirma que o contato com essa grande rede de parceiros e o mergulho integral nesse processo de reconstrução

da democracia na sociedade brasileira fizeram com que pouco a pouco os assistentes sociais fossem mais respeitados. O traço não corporativo das propostas e ações individuais e coletivas permitiu que a categoria se engajasse em entidades de luta mais amplas, mas sem perder a identidade profissional e a perspectiva de formação de base. Ela destaca que a direção social impressa pelas entidades representativas da categoria foi fundamental nesse processo e merece, assim, as felicitações pelo reconhecimento e visibilidade conquistados no presente.

Segundo Mione toda essa construção relatada não poderia de deixar, mais cedo ou mais tarde, de repercutir na mídia. Os assistentes sociais têm pouco a pouco saído do anonimato e sido ouvidos pela imprensa como fontes. A imagem do profissional cuja opinião coincidia com a dos patrões e empregadores estatais foi abandonada. As entidades da categoria também vêm trabalhando por esse nova imagem através de um investimento profissional na comunicação, por meio da contratação de assessorias especializadas, o que resultou numa série de produtos clássicos – boletins, jornais, revistas, adesivos e outdoors –, mas também em outros mais contemporâneos, como dvd, cd, sites e blogs. Com isso, foi possível socializar com a população uma série de experiências profissionais, lutas e desafios, por dentro dos quais se perfilam uma série de representações – discursos e imagens – do assistente social como um profissional competente, crítico e engajado nas causas sociais. Mas tais representações ainda coexistem com velhos estereótipos como o da “moça boazinha”. A professora diz que nem sempre a imagem divulgada coincide com o que a categoria defende. “Não somos operadores da censura nem queremos sê-lo”, afirma. Mas enfatiza que é fundamental assegurar uma visibilidade com direção social e lutar por ela, mas não ter a ingenuidade de ter o controle de tudo.

### Manifestação visa esclarecimentos sobre a profissão

À jornalista Ana Cristina Reis - Editora do Caderno *Ela*

#### Prezada senhora,

No dia 04/07/2009 foi publicada nota na coluna Fonte, do Caderno Ela, no jornal O Globo, sob o título “Caridade terceirizada”. A nota afirmava que há um costume atual no Rio de Janeiro de contratar seu próprio assistente social.

O presente contato tem a intenção de abrir diálogo sobre dois aspectos que envolvem a nota publicada.

É desconhecido deste Conselho que assistentes sociais venham sendo contratados para prestação de serviços individualmente, como relatado na nota citada. Em geral, o mercado de trabalho para assistentes sociais tem se caracterizado por oferta de vagas majoritariamente no serviço público, no intuito de elaborar, implementar e avaliar programas e/ou projetos sociais, como prevê a lei de regulamentação de nossa profissão (Lei Federal nº 8662/93). Há, na atualidade, forte crescimento do mercado profissional para assistentes sociais, fruto de vários fatores, dentre eles a valorização do âmbito municipal para implementação de políticas públicas. Não tínhamos conhecimento da modalidade de contratação “personal assistente social”. Sendo assim, se possível, gostaríamos de solicitar-lhe mais informações acerca da nota publicada, de forma a nos permitir melhor apreensão de eventuais novos fenômenos em curso no que se refere à contratação de assistentes sociais.

O Serviço Social é uma profissão que vem passando por inúmeras transformações nas últimas décadas. Há cerca de trinta anos a profissão iniciou profunda revisão da contribuição social oferecida à sociedade, revertendo a associação com a caridade e a filantropia. Atualmente tem crescido o número de instituições que contratam assistentes sociais, bem como a oferta de cursos de graduação por todo o país.

Tendo em vista a linha editorial do Caderno *Ela* e o fato de que os dados mais recentes sobre o Serviço Social no Brasil indicam que ele ainda é uma profissão majoritariamente feminina (em torno de 95% dos profissionais são mulheres), sugerimos uma possível matéria que elucide à população várias dúvidas sobre o Serviço Social. Uma delas é a confusão estabelecida entre termos de significados distintos como Serviço Social, assistência social, assistencialismo e afins. Estamos à disposição para contribuir com a indicação de profissionais que atuam nas mais diversas políticas sociais (como saúde, assistência social, educação, campo sociojurídico, dentre outros), especificamente em temas de interesse feminino tais como: violência doméstica, adoção e saúde da mulher.

Por fim, encaminhamos em anexo, para vosso conhecimento, folder que trata sobre aspectos importantes relacionados à profissão.

Agradecemos, antecipadamente, a atenção dispensada e aproveitamos a oportunidade para enviar-lhe nossas cordiais saudações.

Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região (RJ)

## Encontro Descentralizado Sudeste

# Delegação do Rio de Janeiro defende propostas para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress

A delegação do Rio de Janeiro, que participou do Encontro Descentralizado Sudeste realizado em Ouro Preto (MG), nos dias 24, 25 e 26 de julho, foi composta por 12 diretores: Fátima Grave Ortiz, Martha Fortuna Bastos, Maurício Caetano Soares, Telma Pile, Lúcia Soares, Leopoldina Cardoso, Newvone Ferreira da Costa, Maria Elizabeth Salvador e Conceição Vaz Robaina. Janaína Monteiro e Ana Teresa (Seccional de Campos) e Gilvane Mazza Ribeiro (Seccional de Volta Redonda). Os assistentes sociais de base presentes foram: Leandro Rocha da Silva, Elizabeth Souza de Oliveira, Mirian de Souza Silva, Melissa Yaakoub, Maria Helena Tavares, Maria da Conceição de Moraes Soares (suplente), Eduardo Carvalho, Elaine Pelaez, Lúcia Souza da Cruz e Eliana Beserra da Silva (Sede), Rosângela Benevides Guimarães e Júnia Elias (Seccional de Campos). Também participaram do evento: Elias Azevedo da Silva (agente fiscal), Maria de Fátima Pessanha (agente fiscal de Campos), Nízia Vieira (agente fiscal), Cecília Contente (assessora de comunicação) e Jefferson Ruiz (assessor político).

O grupo levou as propostas aprovadas em assembleia prévia realizada na sede do Cress e se dividiu em grupos para acompanhar todos os eixos temáticos e garantir o encaminhamento das preocupações dos assistentes sociais de nosso Estado para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress.

### Um debate polêmico

Depois da tradicional mesa de abertura composta pelas presidentes dos Cress's da Região Sudeste, da presidente do CFESS e da presidente da Apepss, aconteceu o primeiro painel temático com o tema "Socializar riquezas para romper desigualdades: Mediações atuais do Projeto Ético-Político Profissional e os desafios da organização da categoria". Os palestrantes foram Antonio Carlos Pereira, vereador do PT de Belo Horizonte, e Ivanete Boschetti, presidente do CFESS. As falas apresentaram conteúdos divergentes em relação à análise de conjuntura, gerando um debate polêmico.

O vereador fez um relato do que considerou o fracasso do socialismo real no Leste Europeu e enfatizou que não há nenhuma alternativa no horizonte porque não foi construído um modelo alternativo. Afirmou, ainda, que estamos vivendo um período marcado pelo "fim das ideologias. Por sua vez, Ivanete defendeu a implementação do projeto ético-político da profissão como um dos caminhos para romper com o atual modelo de sociedade. Disse que para criar o horizonte de trabalho dos assistentes sociais, é fundamental entender qual a perspectiva do projeto ético-político profissional e construir os planos de luta da categoria. Em sua opinião, o projeto ético-político profissional defende que a desigualdade é produto estrutural da sociedade de classes e sua meta não é amenizar as desigualdades, mas sim rompê-las. De acordo com a presidente do CFESS, para materializar o projeto ético-político profissional é preciso que ele esteja vinculado a um projeto societário, que não é o capitalismo, nem a regulamentação do capitalismo e nem a melhoria das condições de trabalho dentro do sistema capitalista. Segundo Ivanete, apenas a redução dos índices de pobreza



Foto: Rodrigo Binotti

Ivanete Boschetti e Antonio Carlos Pereira foi coordenado pela presidente do Cress/MG, Rosângela Pinheiro (ao centro).

a implementação de políticas que não universalizem direitos não são suficientes para superação do capitalismo. Por isso, defendeu a mediação como forma de acumular forças para garantir avanços para os trabalhadores na perspectiva desta superação. As intervenções do público presente foram bastante entusiasmadas.

Depois a programação do primeiro dia incluiu uma mesa temática com o tema "A agenda feminista e o aborto como questão de saúde pública". Neusa Cardoso de Melo, coordenadora da Rede Nacional Feminista de Saúde e integrante da Jornada Brasileira pelo Aborto Legal e Seguro apresentou um histórico da luta e conquistas do movimento feminista. Maria Elisa dos Santos Braga, conselheira do CFESS e assistente social do Centro de Referência de Combate à Violência contra a Mulher (SP), apontou dados que revelaram o porquê o aborto inseguro é uma das principais causas de mortalidade materna e justificando as considerações sobre a legalização do aborto como uma questão de saúde pública. Foram apresentados trechos de um documentário nacional sobre o assunto ("O aborto dos outros", já disponível em DVD em locadoras) com depoimentos impactantes de mulheres que já precisaram se submeter ao aborto. Diante dos dados alarmantes, o plenário aprovou a necessidade de aprofundar o debate na categoria, na perspectiva de direito da mulher de decidir sobre o seu próprio corpo e na defesa da vida, mas sem polarizar entre pessoas com opiniões contra e a favor do aborto. Ainda assim, houve grande acordo entre os presentes no que diz respeito à necessidade de descriminalização do aborto e, na linha apontada pelas palestrantes, a sua consideração como problema de saúde pública.

### Eixos Temáticos

No segundo dia do Encontro Descentralizado, o CFESS apresentou um balanço político dos eixos temáticos: seguridade social; fiscalização; ética, direitos humanos e

relações internacionais; formação profissional; comunicação e administrativo financeiro. Os grupos de trabalho formado pelas delegações dos quatro estados da região apresentaram novas propostas e avaliaram as deliberações do ano anterior.

A plenária final de socialização e avaliação dos debates dos grupos temáticos teve como objetivo analisar todas as propostas e recomendações a serem levadas ao Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress, em setembro, em Campo Grande (MS), que é o fórum deliberativo onde será aprovada a agenda política de atuação do Conjunto para 2010.

### Seminário/Cofi

O Seminário Regional das Comissões de Orientação e Fiscalização – (Cofi) Região Sudeste também aconteceu em Ouro Preto (MG) precedendo o Encontro Descentralizado. A abertura foi feita no dia 23 de julho com a coordenadora da COFI/MG, Érica Valamiel Nepomuceno. A Mesa redonda "A Resolução 533/08 e seus reflexos no exercício profissional e na fiscalização: desafios e compromissos" foi seguida de um grande debate sobre aspectos práticos, éticos, políticos e jurídicos da implementação da Resolução. Na parte da tarde foram desenvolvidos os trabalhos em grupos, com a apresentação e consolidação do resultado da atividade.

No dia 24 de julho foi feita uma explanação da Fiscalização quanto à Resolução CFESS Nº. 493/06 por representantes das COFI's do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Depois Jucimere Isolda Silveira (PUC/PR), assessora técnica da Secretária de Trabalho Emprego e Promoção Social do Paraná e presidente do Cress/PR, foi a palestrante da mesa "As condições de trabalho como determinante na ação profissional do assistente social".

Evento

# Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde

O Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde, que aconteceu em Olinda (PE) entre os dias 8 e 10 de junho, reuniu cerca de mil participantes entre profissionais e estudantes de Serviço Social. Foram discutidos temas atuais de grande relevância para a categoria e para a sociedade brasileira como: tentativa de privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde, entre outros assuntos. O Seminário foi transmitido em tempo real pelo site do CFESS e cerca três mil acessos foram registrados ao longo da programação.

A primeira Mesa Redonda com o tema “Impactos da Crise Contemporânea na Seguridade Social: desafios postos aos assistentes sociais na saúde” contou com Ivante Boschetti e Maria Inês Bravo (Uerj). A primeira definiu a crise atual como estrutural do capitalismo. Revelou que os programas sociais implementados continuam tendendo à focalização. Apontou três desafios: reconhecer a história como uma “hemorragia de sentidos”, apostando na possibilidade de reorganização da classe trabalhadora; acreditar na luta em contraposição ao conformismo com as dificuldades atuais e reconhecer que a prestação, pelos assistentes sociais e demais profissionais, de serviços de qualidade à população já são espaços significativos de resistência política ao atual quadro.

Maria Inês Bravo avaliou que o governo Lula apresenta alguns avanços no que diz respeito à saúde (defesa do aborto como assunto de saúde pública; a quebra de patentes do medicamento para a soropositivos - HIV), mas vários limites (as limitações impostas às políticas de seguridade social e programas focalizados como “Mais Saúde” e o “Farmácia para Todos”). Destacou manifestações que considera neoconservadoras, como a defesa do “Serviço Social Clínico” e de especialismos no campo da saúde. Afirmou que a atuação profissional deve se preocupar em articular o projeto ético político do Serviço Social com os princípios da Reforma Sanitária. Apontou como desafios a retomada da categoria “consciência sanitária” pela profissão e pelos defensores do SUS; a articulação com os movimentos sociais; e a defesa do eixo central da Reforma Sanitária “Saúde, Democracia e Socialismo”.

Foram realizadas plenárias simultâneas: “O Serviço Social e as contradições da Estratégia da Saúde da Família e do NASF”, com Vera Maria Ribeiro Nogueira (UFSC) e Sâmbara Ribeiro (CFESS); “Saúde e trabalho: impactos nas condições de trabalho de assistentes sociais”, com Rosa Lúcia Prêdes Trindade (UFAL) e a “Política de Saúde Mental e os Serviços Substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos: a inserção de assistentes sociais” que teve a participação de Lúcia Cristina dos Santos Rosa (UFPI) e Conceição Vaz Robaina (conselheira do Cress/RJ).

Nesta última, Lucia afirmou que a concepção da política de saúde mental nacional foi marcada pelo isolamento terapêutico, com a pessoa com transtorno mental sendo vista como perigosa e incapaz e com a indicação de internação e a medicalização do transtorno mental. Traçou um histórico da Reforma Psiquiátrica, lembrando que no Brasil se iniciou no final dos anos 70, centrando seus debates nos direitos civis (enquanto a reforma sanitária o fazia em relação aos direitos sociais). Disse que no processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil cinco eixos foram priorizados: cidadania; desinstitucionalização; reabilitação psicossocial; trabalho em equipe interdisciplinar e ação no território (onde a vida acontece). Posteriormente a Lei 10.216/2001 inaugurou profunda alteração na rede de serviços para atendimento ao sofrimento mental.

Conceição Robaina mostrou que conceitos como os de igualdade, liberdade e fraternidade foram adaptados para lidar com o desafio que se punha para a loucura. Teorias como as do higienismo e da eugenia foram utilizadas para a consolidação de certo “ideal de nação” no Brasil, com repercussões para as políticas voltadas para o sofrimento mental, apontando a relação entre loucura e questão social. A conselheira do Cress/RJ destacou a hegemonia dos saberes psi neste campo, e indicou temas desafiantes para a atuação profissional na perspectiva da

reforma psiquiátrica como a complexidade atual dos conceitos de família. Em relação ao território, há preocupações com a constituição de rede, os serviços disponíveis, as articulações possíveis etc. Apontou ainda temas como os do controle social, para o qual o Serviço Social tem contribuição para socializar com os demais atores sociais que atuam na saúde mental, o acesso aos benefícios e o direito à informação, demandas do cuidado com as pessoas com transtorno mental focados nas mulheres, além de outras situações que indicam a contribuição profissional dos assistentes sociais. Conceição destacou, duas questões centrais para a atuação crítica do assistente social. A primeira trata da articulação da reforma psiquiátrica com princípios da reforma sanitária: para ser substitutivo, o serviço deve ser universal; para ser integral deve funcionar por 24 horas e garantir pluralidade nos saberes; para ser equânime, deve superar o foco nas neuroses e psicoses graves. A segunda remete a necessidade dos assistentes sociais investirem em pesquisa como instrumento de construção de uma metodologia que preserve sua autonomia técnica e a consonância com os princípios que regem o projeto ético-político da profissão e a reforma psiquiátrica. Ela garantiu tratar-se, portanto, de fazer Serviço Social “na” clínica – evidente referência ao setor da categoria que reivindica o título de “Serviço Social Clínico”.

## Ética

No segundo dia do evento a Mesa Redonda teve como tema “Ética e bioética em saúde: dilemas cotidianos dos assistentes sociais pensados à luz do projeto ético político profissional”. A palestrante Alexandra Mustafá (UFPE) afirmou que o “SUS real” é deficiente, organizado para os pobres, enquanto o serviço privado de saúde oferece condições superiores para os mais ricos. Argumentou que as ações socioeducativas são as mais importantes da ação profissional, independente do campo de atuação do assistente social. Resgatou que o debate sobre bioética costuma levantar aspectos gerais e normativos do âmbito biomédico, envolvendo pluralismo interdisciplinar para apreciação de questões como o aborto e a eutanásia.

Maurílio Castro de Matos (Uerj) enfatizou que ética é uma reflexão e ação concreta. Apresentou três cenários para os debates que envolvem a saúde: o aumento do número de pessoas que não acessarão atendimentos, centros e postos de saúde públicos; a polarização entre a demanda por serviços de baixa e alta tecnologia, que colocará o acesso como uma questão central e os debates sobre novos parâmetros para a vida (como os temas do aborto e da eutanásia, por exemplo). Afirmou que é preciso pensar estratégias para enfrentar estes desafios, dentre elas: aprofundar o conhecimento e o estudo das condições de vida e de trabalho das populações, dando-lhes publicidade e fortalecendo estratégias de resistência e rebeldia; retomar a função social do Serviço Social em cada local de trabalho / serviço, percebendo que atuando coletivamente é possível estabelecer condições de superação do cotidiano e de estabelecimento de novas rotinas de trabalho; investir no planejamento, na pesquisa e na análise crítica sobre valores que temos, no sentido de perceber a impossibilidade de convivência de duas moralidades distintas, uma pessoal e outra profissional.

A última palestrante da mesa foi Gyselle Tannous, do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde. Afirmou que discutir ética e bioética é tratar dilemas do cotidiano pessoal e profissional. Afirmou que uma das dificuldades vivenciadas para a defesa do SUS é “falarmos de fora” do Sistema, não como usuários – já que a maioria das classes médias têm seus planos particulares de atendimento à saúde.

A Mesa Redonda “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde em debate” contou com o relato de Rodriane Souza (CFESS) sobre o processo de construção documento sobre os parâmetros coordenado pelo Grupo de

Trabalho (GT) Saúde. Depois Maria Valéria Costa Correia (UFAL) fez sua palestra recuperando a Lei Orgânica da Saúde e o SUS como marcos importantes desta política pública. Lembrou as influências teóricas que invadiram a profissão ao longo dos anos em contraponto com os pressupostos construídos pela Reforma Sanitária. A seguir, Regina Miotto afirmou a importância de não confundir os parâmetros com manuais de atuação profissional no campo da saúde.

A Mesa Redonda do último dia do evento teve como tema “Desafios à formação em serviço: a inserção do assistente social nas residências multiprofissionais e em Serviço Social na saúde”. Heloísa Helena da Silva (UFJF) e Hélder Sarmento (UFSC) falaram sobre a formação profissional e os seus desafios. Ana Vasconcelos (Uerj), palestrante seguinte, lembrou que há documentos históricos fundamentais para as reflexões sobre os desafios postos à saúde, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal do Brasil. Enfatizou que o projeto ético-político é formado pelo conjunto dos documentos produzidos pela categoria (legislação, diretrizes curriculares, código de ética), pela produção de seus autores, pelas ações do Conjunto CFESS/Cress e demais entidades e pela prática cotidiana do Serviço Social. Garantiu que não é possível dialogar sobre um Serviço Social abstrato: há um Serviço Social concreto, cotidiano que, se não supera suas fragilidades, também não o faz em relação ao fortalecimento de suas perspectivas e dos princípios que afirma defender, contribuindo para a despolitização e o retrocesso no acesso da população às políticas com as quais os assistentes sociais atuam. “Muitos dos princípios do Código de Ética são assimilados pelos assistentes sociais apenas parcialmente” - disse Ana.

A Mesa Redonda “A proposta das Fundações Estatais de Direito Privado e seus impactos na (des)estruturação do SUS” contou com Marlon Alberto Weicher, do Ministério Público Federal (SP), que garantiu que a fundação estatal oferece alguns ganhos para o caráter público da saúde em relação às organizações sociais, citando como exemplo a retomada da prestação pública de serviços de saúde. Vê como problema da proposta de fundação estatal sua gestão privada, no estilo de economia mista, citando como exemplo as remunerações, que ficam livres dos tetos estabelecidos para serviços públicos. Questionou o modelo das fundações estatais no que se refere à possibilidade de controle social e afirmou que a proposta traz mais problemas que soluções e não ataca o problema que vê como central: uma carreira para os recursos humanos no SUS.

Sara Granemann (UFRJ) que lembrou a grande crise do capitalismo da década de 70, com efeitos até os anos 90. Afirmou que essas crises não devem ser tratadas isoladamente. Lembrou que a origem do debate sobre as fundações está em 1995, com a proposta do ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Há, desde então, privatizações no modelo clássico (venda de empresas e equipamentos públicos na Bolsa de Valores) e não clássicas (prevista geralmente para setores como saúde e educação). Há uma ideologização para chamar de estatal o que passaria a ser privado. Surge, assim, necessidade de regulamentação que possa ampliar o que parcerias e fundações já vêm fazendo. Sara afirmou que o Projeto de Lei Complementar 92/2007 privatiza as políticas sociais e prejudica seus usuários. Destaca que, se aprovada, ela se dará via contratos de gestão com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, com alguns procedimentos: não terá orçamento próprio garantido; serão estabelecidas metas e recursos; seu patrimônio será composto por bens móveis e imóveis próprios, receitas próprias e doações; o financiamento se dará a partir da renda que auferir pela prestação dos serviços previstos; os serviços de natureza universal (gratuitos) serão oferecidos exclusivamente ao poder público. Destacou que o controle social é substituído pelo controle administrativo ou pelo conselho fiscal, em que, no máximo, há um representante de trabalhadores e um de usuários.

# A Importância do Projeto de Intervenção do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais

A partir da instituição da Resolução do CFESS Nº 382/99, que dispõe sobre as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional, assim como a Política Nacional de Fiscalização (PNF), o CRESS-RJ, através de sua COFI – Comissão de Orientação e Fiscalização, vem buscando materializar em seu cotidiano a articulação, tal como prevê a PNF, entre a dimensão da afirmativa de princípios e compromissos conquistados; a dimensão político-pedagógica; e, a dimensão normativa disciplinadora.

A dimensão afirmativa de princípios e compromissos conquistados dar-se-á através do fortalecimento do projeto ético-político profissional e de organização da categoria junto à luta pela defesa das políticas públicas e da democracia e, consequentemente, na luta por condições de trabalho condignas e qualidade dos serviços profissionais prestados.

A dimensão político-pedagógica pressupõe a conscientização e politização acerca dos princípios ético-profissionais junto aos assistentes sociais, às instituições e à sociedade em geral, sobretudo aos usuários do Serviço Social.

A dimensão normativa e disciplinadora se refere às ações no sentido de apurar as posturas profissionais violadoras das normas da profissão – Lei 8662/93 e Código de Ética Profissional.

A dimensão fiscalizadora dos CRESS's passa a buscar, construir e implementar estratégias e ações para valorizar e dar publicidade de nossa profissão junto à sociedade, garantir o aprimoramento do papel social da profissão, assegurar a probidade, uniformidade e qualidade dos serviços profissionais prestados a população, dentre outros.

Uma das ações implementadas pela COFI, desde meados da década de 80 e pautadas nas três dimensões da PNF já descritas, é a Visita Institucional. Esta é, talvez, uma das atividades mais importantes da Comissão, não só porque possibilita uma aproximação da categoria com a entidade (e vice-versa), mas fundamentalmente, por estar nesta atividade a sustentação de um trabalho que nos possibilita traçar um perfil amplo, um conhecimento profundo da realidade profissional construído com dados como: caracterização profissional e institucional, condições ética, técnica e físico-estrutural de trabalho, formas de capacitação profissional, apreensão das bases normativas da profissão, entre outros.

De acordo com o trabalho desenvolvido pelos agentes fiscais deste Regional, através das referidas visitas realizadas em diferentes áreas do exercício profissional, tem-se constatado um quadro preocupante ao identificarmos que determinada parcela

da categoria não tem um projeto de intervenção sistematizado, não utiliza qualquer instrumento para conhecer o perfil dos usuários que atende, não tem o hábito de sistematizar e refletir em equipe sobre sua intervenção profissional, desenvolvendo seu trabalho de forma isolada e fragmentada.

Constatamos a existência de um número considerável de profissionais que tem se tornado prisioneiro de uma visão burocrática e rotineira do papel do assistente social e, muitas das vezes, atendendo e se restringindo apenas às demandas imediatas, o que provoca uma redução do trabalho profissional no espaço e na dimensão do cotidiano, desconsiderando e inviabilizando a dimensão pedagógica que deveria estar intrínseca à intervenção do Serviço social.

A discussão sobre a importância dos projetos de intervenção nos diferentes espaços sócio-ocupacionais ancora-se, portanto, em dois fatores: a possibilidade de qualificar e dar visibilidade do trabalho profissional, pois no seu processo construtivo materializa as perguntas centrais do processo interventivo: o que; por que; para que; como, com que meios, em que tempo e os resultados da intervenção e expressa o projeto ético político de processo.

Identificamos que ainda há um grande número de profissionais que não faz uso da pesquisa acerca da realidade na qual intervém, desconsiderando a perspectiva investigativa da profissão. Desse modo, comprometem a amplitude qualitativa da avaliação de sua prática e da possibilidade de recriação da sua intervenção, pois o exercício profissional se dá de maneira repetitiva e sustentado fundamentalmente na empiria, sem apreender e mesmo considerar as determinações da questão social.

A questão da avaliação do exercício profissional e dos resultados deste também ainda está frágil, muito em função de não possuírem um projeto de intervenção que norteie qualitativamente seu trabalho. Sendo assim, fica impossível avaliar o que não foi devidamente projetado e planejado, já que não há parâmetros (comparativos) definidos que viabilizariam esta avaliação. Tal processo então, quando realizado, seria meramente o cumprimento de uma rotina institucional (não raras vezes restrita à dimensão quantitativa), ou seja, um instrumento muitas das vezes elaborado para dar conta da produtividade dos profissionais baseada em dados quantitativos, normas e rotinas burocráticas. O resultado deste processo é que o profissional se enfraquece e incorpora as demandas institucionais assimilando-os como se fossem as profissionais. Nesta lógica não haveria quaisquer distinções e/ou contradições entre as demandas da

instituição e as do Serviço Social

Os profissionais perdem, assim, a possibilidade de mensurar a efetividade da prática desenvolvida e a condição de consolidação de um exercício profissional qualificado ou a necessidade de redimensionamento para melhor alcance da sua intencionalidade.

No sentido de superação destas questões, toda esta situação não deve ser compreendida de forma restrita, enquanto uma responsabilidade exclusiva dos assistentes sociais, mas deve ser pensada a partir, fundamentalmente, da qualidade do processo de formação profissional e da relevância que os aparatos normativos dos futuros profissionais têm recebido.

O Serviço Social é, em uma das suas características mais marcantes, uma profissão que se realiza nas fronteiras institucionais. Dessa forma o assistente social ao viabilizar a materialização dos interesses dos seus usuários, tem a sua ação também regulada pela Instituição que o contrata. Essa regulação impõe uma relativa autonomia ao desenvolvimento do seu trabalho nas instituições, pois, quando da sua contratação, já existe uma expectativa quanto a sua contribuição para o alcance dos objetivos institucionais. Por outro lado, a autonomia profissional do assistente social é garantida pela qualificação da sua formação profissional, o cumprimento das suas atribuições e competências regulamentadas e pelo Código de Ética Profissional.

É imprescindível, portanto, a preocupação que os profissionais devem ter com a sua capacitação continuada. As transformações societárias no mundo contemporâneo vêm exigindo de todos os profissionais um maior comprometimento com o aperfeiçoamento profissional, de modo que ampliem a sua capacidade de fazer uma leitura crítica dos processos sociais e das mudanças por eles sofridas, entendendo a realidade e propondo ações comprometidas com os direitos dos usuários e fundamentadas pelo projeto ético-político da categoria.

Como afirma Yolanda Guerra (UFRJ), o projeto profissional hegemônico, pela sua perspectiva crítica, constitui-se um instrumento, o único capaz de permitir aos assistentes sociais uma antevisão da demanda, a captação de processos emergentes e das tendências históricas que se configuram e requisitam uma intervenção profissional a curto, médio e longo prazos, o significado social e político da profissão e da intervenção que desenvolve. Esta capacidade de captar tendências e de se preparar técnica e intelectualmente para respondê-las é o diferencial que se estabelece entre os profissionais na conjuntura atual. ■

## Seccional de Campos

A Seccional de Campos dos Goytacazes tem realizado, desde 2005, várias ações de organização e construção de propostas coletivas com os assistentes sociais das Secretarias Municipais da Família e Assistência Social. A retirada do adicional de insalubridade, em setembro de 2007, dos assistentes sociais sem nenhuma informação prévia pela Prefeitura de Campos se tornou uma grande luta.

A Seccional está empenhada na garantia desse direito retirado dos trabalhadores e dentre as ações organizadas pela entidade estão incluídas reuniões com os profissionais e gestores, mover processos administrativo e judicial, além de encaminhar uma moção de repúdio dos assistentes sociais que atuam na Secretaria Municipal da Família e Assistência Social. A moção é ampla e tem como um dos seus objetivos apontar o compromisso da categoria com a população usuária e chamar a atenção para a realidade do trabalho cotidiano desse profissional, que exige conhecimento crítico da realidade para construir e articular as estratégias e ações para ampliação da cobertura dos direitos sociais. O documento explica, ainda, que os assistentes sociais que atuam na Secretaria Municipal da Família e Assistência Social têm enfrentado os inúmeros desafios para a implementação e execução das políticas públicas. Desafios que, no curso sucessivo das gestões municipais, tem se materializado na falta de condições de trabalho, na ausência de investimentos à qualificação, na ausência de um plano de Cargos, Carreiras e Salários que prime à investidura qualificada na valorização do servidor público municipal das Secretarias.

Prática

# O Desafio do Serviço Social no âmbito do Tribunal de Justiça

A equipe que atua no Serviço Social das Varas de Família na Comarca de São Gonçalo (SG), composta pelas assistentes sociais Maria Aparecida Evangelista do Nascimento, Enilze de Freitas Medeiros, Jacqueline Tardin Borges Vasconcellos, Patrícia Valéria Leal Nunes e Andréa Ferreira de Oliveira, enfrenta os desafios do cotidiano profissional com ações marcadas por uma reflexão crítica sobre sua intervenção e muita criatividade.

Segundo Maria Aparecida, o Serviço Social iniciou suas atividades nas Varas de Família (SG) em 1992, com a lotação de apenas uma assistente social, em função da carência da realização de um acompanhamento de cunho social nos litígios que apresentam grande complexidade em sua natureza e origem. Jacqueline conta que, de lá para cá, a carga de trabalho só cresceu com possibilidades de aumentar ainda mais, tendo em vista que há uma tendência cada vez maior à “judicialização” dos problemas sociais. Além disso, os juízes passaram a requerer conhecimentos específicos do Serviço Social para subsidiar as suas decisões, reconhecendo os processos das Varas de Família, não só sob o aspecto legal, mas também como um complexo de questões de caráter social. Assim, o assistente social é convidado a atuar, dentro de sua especificidade, em situações familiares complexas, que envolvem os interesses e garantia de direitos de crianças, adolescentes, idosos, deficientes, etc.

As cinco integrantes da equipe explicam que 90 bairros formam o município de São Gonçalo, que atualmente conta com cinco Varas de Família (uma assistente social para cada uma), onde circulam mensalmente cerca de vinte e dois mil processos. O crescente número da população local implicou na criação de duas Varas de Família Regionais com a lotação de uma assistente social, onde a equipe também atua. Apontam que a maioria da população que vem buscando o recurso da Justiça é formada, em sua maioria, por segmentos mais empobrecidos da sociedade e de precário nível sociocultural. Elas relatam que também fazem atendimento aos servidores do Tribunal de Justiça por meio dos Núcleos Regionais da Corregedoria.

De acordo com Maria Aparecida, a promotora e os próprios advogados são quem mais demandam o trabalho do assistente social. Patrícia explica que durante a entrevista inicial com o usuário e seus colaterais (familiares, responsáveis) é feita uma série de esclarecimentos que tem como objetivo melhorar o atendimento e comprometer a família. O estudo social feito pelo profissional envolve vários procedimentos – leitura dos autos,

entrevistas, contatos institucionais, visitas domiciliares, entre outros com a finalidade de conhecer melhor as famílias. Enilze destaca que o foco principal é a garantia dos direitos da criança, adolescente e interditandos. Maria Aparecida acrescenta que é preciso que os usuários saibam que nesses processos que envolvem a família não existem vencedores ou perdedores. A atuação do assistente social é na perspectiva da garantia dos direitos da criança. Também lembra que a decisão do juiz nem sempre acaba com os conflitos familiares.

Um trabalho específico desenvolvido pelos assistentes sociais que atuam na área jurídica é o de Perícia Social. O perito é o auxiliar do juiz e sua função é apreciar e interpretar os fatos de uma causa, dentro de sua área de conhecimento. É uma atividade que instrumentaliza uma decisão judicial, interferindo no destino das pessoas envolvidas na situação objeto desta intervenção. O contexto familiar chega ao Poder Judiciário, no âmbito das Varas de Família, quando os arranjos e dinâmicas familiares não dão conta dos sofrimentos, angústias e aflições resultantes de conflitos e impasses gerados nas inter-relações existentes nestes contextos. As famílias, ao trazerem suas situações, o fazem no propósito de que a intervenção da Justiça possa amenizar ou solucionar os problemas.

As assistentes sociais avaliam que quando os juízes encaminham uma ação para o Serviço Social esperam que, além da perícia, o profissional também intervenha junto às partes, através do instrumental próprio, a fim de contribuir para uma mudança na forma destas se relacionarem entre si. Elas informam que a natureza dos processos em que atuam é diretamente ligado a: Guarda (posse e responsabilidade); Adoção; Separação litigiosa e consensual; Divórcio litigioso e consensual; Regulamentação de Visitas; Alimentos; Suspensão e Perda do Poder Familiar; Busca e Apreensão; Separação de Corpos; Afastamento do Lar; Tutela; Curatela (Interdição); Retificação de Registro de Nascimento; entre outros.

A proposta da equipe é evitar uma prática rotineira e estimular ações pautadas em um saber crítico e em uma conduta comprometida com as mudanças na realidade. Para isso, costumam refletir sobre o conjunto de instrumentos e técnicas utilizadas pelo profissional no campo sociojurídico.

Maria Aparecida diz que é fundamental um planejamento do trabalho para atuar nessa área, que possui uma dinâmica complexa. Patrícia alerta que nesse planejamento estão incluídos eventos para discussões, que acabaram se tornando espaços de capacitação para os assistentes sociais que atuam no judiciário.

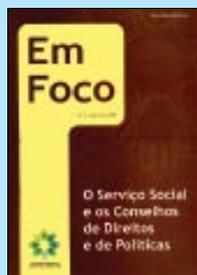


Lembram que desde 2001 são realizados encontros anuais que reúnem assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais do campo sociojurídico para troca de experiências e discussões. Para o dia 22 de outubro deste ano já está previsto o evento “Inquietudes do Trabalho com Famílias” a ser realizado no Sesc de São Gonçalo, das 8h às 17h.

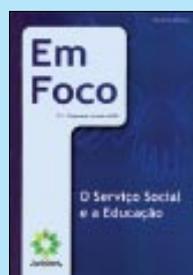
A promoção do Cine Debate, que acontece trimestralmente desde 2008, é uma ideia da equipe que já caiu no gosto dos profissionais que atuam na área. Em dezembro será apresentado o filme “Separações”. As assistentes sociais contam que também são promovidos dois cursos de especialização por ano, em conjunto com o núcleo de assistentes sociais de São Gonçalo e municípios vizinhos. Outra iniciativa que relatam, com orgulho, é a abertura do campo de estágio em 2007. Explicam que o estudante é questionador por natureza e acaba gerando uma constante renovação. Também participaram da criação do Núcleo de Assistentes Sociais de São Gonçalo e municípios vizinhos.

As assistentes sociais que integram o Serviço Social das Varas de Família da Comarca de São Gonçalo fazem um estudo permanente sobre sua intervenção profissional junto às Varas de Família, em função da necessidade de avaliação e análise dos processos de trabalho. Nesse sentido também atendem à exigência de produção de conhecimento. Avaliam ser fundamental que seja feita uma reflexão sobre a interface do Serviço Social com o Direito, a Psicologia e com os profissionais que atuam na rede assistencial. Ressaltam que não se pode deixar de lado a busca pelo aperfeiçoamento profissional. ■

## Publicações à venda no Cress



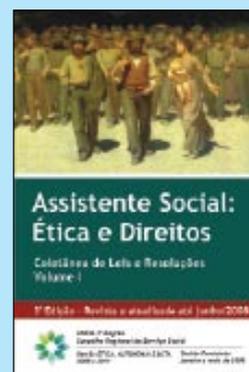
**Revista EM FOCO:**  
- O Serviço Social e os Conselhos de Direitos e de Políticas - R\$10,00



**Revista EM FOCO:**  
- O Serviço Social e a Educação - R\$10,00



**O Serviço Social em Hospitais: Orientações Básicas**  
2ª Edição revista e ampliada - R\$ 7,00



**Assistente Social: Ética e Direitos - Coletânea de Leis e Resoluções - Vols. I e II**  
5ª Edição - Revista e atualizada até junho/2008  
R\$ 30,00 (os dois volumes) - R\$17,00 (cada volume)



# Um investimento na visibilidade do Serviço Social

O Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social foi lançado pelo Cress/RJ em 2007 e já está em sua terceira edição. Seu objetivo principal é o de contribuir para maior e mais adequada visibilidade da profissão e das políticas sociais nos meios de comunicação.

Três categorias premiam trabalhos de profissionais de comunicação, com os quais o Conjunto CFESS/Cress vem buscando ampliar diálogo, no sentido de informar de forma correta o que é o Serviço Social, seu papel e os impactos das políticas sociais. Outra categoria premia equipes de Serviço Social que tenham obtido visibilidade ao projeto ético-político da profissão.

Essa iniciativa, inspirada no prêmio "Jornalista Amigo da Criança" da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), é uma ação de comunicação que prevê resultados positivos em médio e longo prazos. O número de participantes e a repercussão do Prêmio tem crescido a cada ano. As primeiras edições do prêmio foram citadas em diferentes veículos de comunicação, como, a Revista Caros Amigos, os informativos eletrônicos do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo e o jornal O Cidadão (do Complexo da Maré).

O regulamento do prêmio pode ser conferido no site [www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

**As inscrições foram prorrogadas para o dia 30 de setembro.**

## Novo calendário

### Julgamento:

31 de setembro a 16 de novembro

### Divulgação dos finalistas:

17 de novembro

**Premiação:** Evento a ser realizado até 11 de dezembro



III Prêmio  
Visibilidade  
das  
Políticas Sociais  
e do  
Serviço Social

**Categorias Premiadas**

Para trabalhos de Comunicação: 1) reportagem escrita 2) reportagem radiofônica 3) vídeo	Para trabalhos de Serviço Social: 1) experiências profissionais de assistentes sociais e/ou equipes de Serviço Social
--	--

**Período e local de inscrições:**  
De 01 de agosto a 17 de setembro de 2009  
Rua Mexico, nº 41, Sala 1203

**Regulamento e outras informações:**  
[www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br) | Tel. (0xx21) 3142-3753

**Premiação:**

- 1º colocado: R\$ 2.000,00 e certificação
- 2º colocado: R\$ 600,00 e certificação
- 3º colocado: R\$ 400,00 e certificação
- 4º e 5º colocados: menções honoríficas e certificação

Imagem: design - Capelo B